

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.784.679 - DF (2018/0324300-7)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE : LUCAS JERONIMO SOUZA ALVES (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por **LUCAS JERONIMO SOUZA ALVES**, com fulcro no art. 105, III, alíneas "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado:

"RECURSO DE AGRAVO. EXECUÇÃO PENAL. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE REMIÇÃO DA PENA PELOS ESTUDOS. TEMPO JÁ REMIDO. APROVAÇÃO NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM. RECOMENDAÇÃO Nº 44/CNJ. INAPLICÁVEL. INTERNO VINCULADO A ATIVIDADES REGULARES DE ENSINO NO INTERIOR DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL. RECURSO DESPROVIDO.

1. Inaplicável a Recomendação nº 44 do Conselho Nacional de Justiça, porquanto o interno, nos termos do inciso IV do artigo 1º da mencionada Resolução, encontra-se vinculado a atividades regulares de ensino no interior de estabelecimento penal.
2. Recurso desprovido" (e-STJ, fl. 38).

Sustenta o recorrente violação do disposto no art. 126, §§ 1º, 2º, 3º e 5º, da Lei de Execução Penal, aduzindo que: a) a inexistência de regulamentação própria no âmbito da competência dos Juízos de Execução Penal deve ser afastada, uma vez que o Conselho Nacional de Justiça impôs requisitos objetivos, na Recomendação n. 44, para dar eficácia à norma, motivo pelo qual a remição, em face da aprovação do apenado no ENEM deve ser enfrentada sob a ótica de sua reintegração e ressocialização; b) o CNJ, no art. 1º, III, impõe a necessidade de identificação do número de horas, independentemente de aproveitamento escolar, assim como o inciso IV do mesmo dispositivo vislumbra o aproveitamento, ou seja, apenas a aprovação, sem a imposição de requisitos de horas mínimas (estudo por conta própria); c) o argumento da desproporcionalidade, ante a existência de parâmetro a ser utilizado (1200 horas para aprovação no ENCCEJA – ensino médio ou educação profissional técnica de ensino de nível médio) deve ser afastado, pois, "se há aprovação nas provas do ENEM, tem-se o preenchimento do mínimo exigível" (e-STJ, fl. 62).

Requer, assim, a reforma do acórdão impugnado, para que se reconheça a contrariedade do teor do art. 126 da LEP, bem como da Recomendação 44/CNJ (caráter complementar), "para que seja concedida a remição de 1.200 (mil e duzentas) horas de estudo em razão da aprovação do apenado no ENEM" (e-STJ, fl. 64).

Contrarrazões devidamente apresentadas (e-STJ, fls. 69-73).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 87-88).

**É o relatório.**

Decido.

A irresignação merece prosperar.

O Juízo da Vara das Execuções Penais negou o pedido de remição ao reeducando, considerando que ele não faria jus à remição pela aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

O Juízo monocrático indeferiu o pedido, nos seguintes termos:

"[...] A remição da pena pelo estudo está prevista expressamente na Lei de Execução Penal, em seu artigo 126, o qual estabelece que o interno terá descontado um dia de sua pena a cada 12 horas de frequência escolar, as quais serão divididas em, no mínimo, 03 dias.

O § 2º do referido dispositivo legal dispõe, ainda, que as atividades educacionais ali previstas poderão ser realizadas nas modalidades presencial ou à distância, devendo, em qualquer caso, ser certificadas pela autoridade competente.

No Distrito Federal, encontra-se em vigor a Portaria n. 010/2016, deste Juízo, que regulamentou de forma mais detalhada a concessão de remição da pena pelo estudo, na qual restou estabelecido que o documento hábil a comprovar a realização das atividades estudantis dos internos do sistema penitenciário local é certidão expedida pela direção da respectiva unidade prisional.

No caso dos autos, a Defesa postula a concessão do benefício com base em disposição contida na Recomendação n. 44 do CNJ, publicada em 26/11/2013. Tal documento recomenda aos Tribunais, em seu art. 1º, IV, que seja considerado para fins de remição parte da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino, quando o interno obtiver aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão dos ensinos fundamental e médio.

Ocorre que a referida Recomendação não possui caráter vinculante com relação aos juízos de execuções penais de cada Estado da Federação, de forma que a concessão do benefício, nos termos requeridos, exige regulamentação própria no âmbito da competência deste Juízo, considerando a realidade do sistema carcerário do DF, inclusive a fim de que seja privilegiado o tratamento isonômico dos sentenciados submetidos à jurisdição desta VEP.

Ademais, cumpre ressaltar que, ao meu sentir, **o pedido formulado pela Defesa não atende aos requisitos legais, uma vez que o seu acolhimento extrapola a determinação legal de que a remição da pena será proporcional a período efetivamente estudado pelo apenado, mensurável em horas, de acordo com a proporção estritamente prevista na Lei de Execução Penal.**

**Por outro lado, a Recomendação do CNJ indica o referido aproveitamento da aprovação do ENEM para fins de remição na hipótese de 'o apenado não estar, circunstancialmente vinculado a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento penal'. Ocorre que esta não é a realidade do sentenciado, tendo em vista as diversas certidões referentes à remição pelo estudo constantes dos autos, e já devidamente apreciadas por esta VEP.**

Pelo exposto. INDEFIRO o pedido de fl. 67. no que tange ao deferimento da remição pelo estudo em virtude da aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio" (e-STJ, fls. 19-20, grifou-se).

O Tribunal *a quo*, ao confirmar a decisão denegatória do benefício, ressaltou que "o interno está vinculado a atividades regulares de ensino no interior de estabelecimento penal, já tendo sido beneficiado por outras remições em razão dos estudos" (e-STJ, fl. 44).

O art. 126 da Lei de Execução Penal, todavia, determina que o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

Como resultado de uma interpretação analógica *in bonam partem* da norma inserta no art. 126 da LEP, segundo reiterada jurisprudência desta Corte, é possível a hipótese de abreviação da reprimenda em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal

De outro lado, a Recomendação nº 44/2013 do CNJ indica aos Tribunais a possibilidade de remição por aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM):

"RECOMENDAÇÃO N. 44, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura.

Art. 1º Recomendar aos Tribunais que:

(...).

IV - na hipótese de o apenado não estar, circunstancialmente, vinculado a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento penal e realizar estudos por conta própria, ou com simples acompanhamento pedagógico, logrando, com isso, **obter aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a fim de se dar plena aplicação ao disposto no § 5º do art. 126 da LEP (Lei n. 7.210/84), considerar, como base de cálculo para fins de cômputo das horas, visando à remição da pena pelo estudo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino [fundamental ou médio - art. 4º, incisos II, III e seu parágrafo único, todos da Resolução n. 03/2010, do CNE], isto é, 1600 (mil e seiscentas) horas para os anos finais do ensino fundamental e 1200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio; [...]**"

Ora, verifica-se que o objetivo deste conjunto de regras acerca da remição da pena por aproveitamento dos estudos é o de incentivar os apenados aos estudos, bem como sua readaptação ao convívio social.

Corroborando tal entendimento, confirmam-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. REMIÇÃO DA PENA. APROVAÇÃO NO ENEM. INCENTIVO AO ESTUDO. CARÁTER DE RESSOCIALIZAÇÃO DA PENA. INTERPRETAÇÃO

EXTENSIVA DO ART. 126 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL - LEP. POSSIBILIDADE. RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. UTILIZAÇÃO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça – STJ tem admitido que a norma do art. 126 da LEP, ao possibilitar a abreviação da pena, tem por objetivo a ressocialização do condenado encorajando, inclusive, como no caso concreto, seu estudo por conta própria e consequente aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, sendo possível o uso da analogia *in bonam partem*, que admita o benefício em comento em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal, nos termos da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça, buscando, primordialmente, a readaptação do apenado ao convívio social. Precedentes.

2. A Resolução CNJ n. 44/2013 menciona a carga horária de 1.600 horas para o ensino fundamental, e 1.200 horas para o ensino médio, que se refere ao percentual de 50% da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino. Considerando como base de cálculo 50% da carga horária definida legalmente para o ensino médio, ou seja, 1.200 horas, deve-se dividir esse total por 12, encontrando-se o resultado de 100 dias de remição em caso de aprovação em todos os campos de conhecimento do ENEM.

Na hipótese, como o paciente obteve aprovação em duas áreas de conhecimento do ENEM, a remição deve corresponder à 40 dias.

3. Agravo desprovido".

(AgRg no HC 464.410/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 08/11/2018, grifou-se).

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA PELA APROVAÇÃO NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM). [...] POSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA *IN BONAM PARTEM* DO ART. 126 DA LEP E DA RECOMENDAÇÃO N. 44 DO CNJ. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O art. 126 da Lei de Execução Penal determina que o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

2. Esta Corte Superior de Justiça firmou entendimento e tem admitido a possibilidade de abreviação da reprimenda em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal, como resultado de uma interpretação analógica *in bonam partem* da norma inserta no art. 126 da LEP. De outro lado, a Recomendação n. 44/2013 do CNJ indica aos Tribunais a possibilidade de remição por aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Verifica-se, portanto, que o objetivo deste conjunto de regras acerca da remição da pena por aproveitamento dos estudos é o

de incentivar os apenados aos estudos, bem como sua readaptação ao convívio social.

3. *In casu*, há razões suficientes para a excepcional concessão da remição ao apenado, pois, a aprovação do paciente no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) configura aproveitamento dos estudos realizados durante a execução da pena, conforme o art. 126 da LEP e Recomendação n. 44/2013 do CNJ.

[...]

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1673847/SC, de minha Relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 26/09/2018, grifou-se).

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA. APROVAÇÃO NO ENEM. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 126 DA LEP. POSSIBILIDADE. RECOMENDAÇÃO 44/2013 DO CNJ. UTILIZAÇÃO. SENTENCIADO QUE CONCLUIU PARTE DO ENSINO MÉDIO POR MEIO DE ATIVIDADES REGULARES DE ENSINO NO ESTABELECIMENTO PENAL. ORDEM CONCEDIDA EM MENOR EXTENSÃO.

1. A norma inserta no art. 126 da Lei de Execução Penal visa, essencialmente, à ressocialização do sentenciado, por meio do incentivo ao estudo e ao trabalho, atividades que agregam valores necessários à sua melhor reintegração na sociedade. Nesse contexto, uma interpretação mais ampla do art. 126 da Lei de Execução Penal, no caso, com a adoção da Recomendação n.º 44/2013, do Conselho Nacional de Justiça, atende aos princípios que norteiam a Lei de Execução Penal.

2. No caso, o tribunal de origem indeferiu o pedido de remição porque o paciente "já se encontrava vinculado a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento penal". Tal fato, todavia, não pode prejudicar o sentenciado, uma vez que ele não completou o ensino médio no interior do estabelecimento penal, mas apenas parte dele; portanto, realizou estudos por conta própria para alcançar a aprovação no ENEM, que certifica a conclusão do ensino médio, como prevê o inciso IV do art. 1º da Recomendação 44 do Conselho Nacional de Justiça.

3. **Ordem concedida, em menor extensão, para reconhecer o direito do paciente à remição em razão de sua aprovação no ENEM, devendo o juízo, no caso, decotar os dias remidos já obtidos em razão das atividades regulares realizadas no interior do estabelecimento penal, relativas ao ensino médio.**

(HC 376.316/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 04/10/2017, grifou-se).

"HABEAS CORPUS. HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA. RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CNJ. APROVAÇÃO NO ENEM. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA FRATERNIDADE. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a

Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do *habeas corpus*, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

2. Esta Corte possui orientação no sentido de que "a norma do art. 126 da LEP, ao possibilitar a abreviação da pena, tem por objetivo a ressocialização do condenado, sendo possível o uso da *analogia in bonam partem*, que admita o benefício em comento, em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal" (REsp n. 744.032/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 5/6/2006).

**3. No caso, a aprovação da paciente no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) configura aproveitamento dos estudos realizados durante a execução da pena, conforme o art. 126 da LEP e Recomendação nº 44/2013 do CNJ.**

4. Essa particular forma de parametrar a interpretação da lei (no caso, a LEP) é a que mais se aproxima da Constituição Federal, que faz da cidadania e da dignidade da pessoa humana dois de seus fundamentos (incisos II e III do art. 1º). Mais: Constituição que tem por objetivos fundamentais erradicar a marginalização e construir uma sociedade livre, justa e solidária (incisos I e III do art. 3º). Tudo na perspectiva da construção do tipo ideal de sociedade que o preâmbulo de nossa Constituição caracteriza como "fraterna" (HC 94163, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma, julgado em 02/12/2008, DJe-200 DIVULG 22-10-2009 PUBLIC 23-10-2009 EMENT VOL-02379-04 PP-00851).

5. Com efeito, a interpretação dada ao art. 126 da LEP, pelo Superior Tribunal de Justiça, decorre, indiscutivelmente, desse resgate constitucional do princípio da fraternidade.

6. Após a divulgação ampla pelo Conselho Nacional de Justiça das chamadas "Regras de Mandela", aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, segundo as quais, além da busca pela proteção da sociedade contra a criminalidade, a redução da reincidência e a punição pela prática do crime, também constituem objetivos do sistema de justiça criminal a reabilitação social e a reintegração das pessoas privadas de liberdade, assegurando-lhes, na medida do possível, que, ao retornarem à sociedade, sejam capazes de levar uma vida autossuficiente, com respeito às leis.

**7. Habeas corpus não conhecido. Contudo, ordem concedida de ofício, para reconhecer o direito da paciente à remição da pena pela aprovação no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio)."**

(HC 382.780/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 07/04/2017, grifou-se).

Assim, diante da possibilidade de interpretação extensiva *in bonam partem*, entende-se que cabe a remição até mesmo para presos que estudam por conta própria, não havendo se falar em afastamento da possibilidade da concessão da benesse aos apenados que estejam vinculados a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento.

À vista do exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou**

**provimento** ao recurso especial, para cassar o acórdão recorrido, no intuito de reconhecer o direito do agravante à remição da pena, pela aprovação no Ensino Médio, na forma do art. 1º, IV, da Recomendação n. 44 do CNJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

